

# MICROSCÓPIO

RAUL PILLA

Se o sr. Correia e Castro errou gravemente ao escrever a sua infeliz carta ao secretário do Tesouro dos Estados Unidos, e com o cargo pagou o erro, com o episódio não deixou de ressentir-se a autoridade do sr. presidente da República.

Ninguém ávida de que sua excia. estivesse no conhecimento da carta e, confiando na aptidão do seu ministro, a houvesse sem maior exame aprovado. Nem o sr. Correia e Castro, que ao chefe da Nação fazia reverter cortesmente todo o suposto mérito da sua gestão, seria homem para tomar por si só semelhante resolução. Concedamos, porém, que neste caso haja procedido o ministro por própria conta, sem consultar, como lhe cumpria, o presidente da República. Ainda assim, duda a natureza do nosso regime, que no presidente concentra o Poder Executivo e aos ministros faz meros auxiliares, néle recairia formalmente a maior responsabilidade da desastrosa iniciativa. Pode ser injusto, mas é do regime: por ser chefe do Governo, além de chefe da Nação, fica o presidente sempre exposto e difficilmente se pode resguardar dos erros dos seus ministros.

Veja agora o sr. Eurico Dutra como é diferente a situação no sistema parlamentar. O presidente da República, ainda quando consultado e ouvido seja pelos ministros, fica sempre a coberto de investidas, porque ao gabinete cabe inteiramente, de fato e de direito, a responsabilidade do governo. O prestígio, digamos a palavra, a majestade da Suprema Magistratura não é afetada pelo erro dos governantes e para muito acima deles. Tal se faz possível, porque, a duas funções distintas e até certo ponto antagônicas — a chefia do Estado e a chefia do Governo, se destinam duas pessoas diversas — o presidente da República e o presidente do Gabinete. O que um deles faz, ou deixa de fazer, não afeta o outro.

Não é engenhoso? E, sobretudo, não é cómodo?